

LEI Nº. 859/2016

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BREJÃO, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, consoante disposições contidas no § 1º do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31, de 27 de junho de 2008, no art. 165 da Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal, faz saber que o poder Legislativo aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

CAPITULO I

Seção Única

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. Em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição Federal, a Proposta Orçamentária do Município de Brejão, Estado de Pernambuco, para o exercício de 2017, será elaborada e executada observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I – as diretrizes gerais para a elaboração da proposta orçamentária;
- II – a estrutura e a organização do orçamento;
- III – as alterações na legislação tributária do Município;
- IV – as diretrizes relativas às despesas do Município com pessoal e encargos;
- V – as diretrizes gerais relativas à execução orçamentária;
- VI – a participação da população e das audiências públicas;
- VII – a celebração de operações de crédito;
- VIII – as disposições gerais.
- IX- Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com os recursos dos orçamentos.



CAPÍTULO II

Seção Única

Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal

Art. 2º O Município de Brejão executará, no exercício de 2017, as ações constantes no Anexo de Metas e Prioridades, que passa a fazer parte integrante desta Lei, tendo como prioridades:

- I - Gestão Participativa, Inovadora e Eficaz;
- II - Infraestrutura Urbanística e Gestão Ambiental Sustentável;
- III - Desenvolvimento com ênfase na Economia, Ciência e Tecnologia com visão na Capacitação, Qualificação Profissional e Inclusão Produtiva;
- IV - Cidadania Plena, o povo com todos os seus direitos;
- V - A Produção Rural na visão da convivência com o semiárido e a perspectiva de grandes investimentos;
- VI - Promoção dos Direitos da Juventude;
- VII - Promoção dos Direitos da Mulher;
- VIII - Promoção dos Direitos do Idoso.

§ 1º A lei orçamentária destinará recursos para a operacionalização das metas e prioridades mencionadas no “caput” deste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

- I - provisão dos gastos com o pessoal e encargos sociais do Poder Executivo, do Poder Legislativo;
- II - compromissos relativos ao serviço da dívida pública;
- III - despesas indispensáveis ao custeio de manutenção da administração municipal;
- e
- IV - conservação e manutenção do patrimônio público.

§ 2º Poderá ser procedida a adequação das metas e prioridades de que trata o “caput” deste artigo, se durante o período de apreciação da proposta orçamentária para 2017, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.



CAPITULO III

Seção Única

Das Metas e Riscos Fiscais

Art. 3º. Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, integra esta lei os seguintes anexos:

I – de Riscos Fiscais;

II – de Metas Fiscais;

Parágrafo único. Para efeito das disposições do inciso II, deste artigo, consta do demonstrativo de metas fiscais, os seguintes anexos:

I - Metas Anuais, contendo:

- a) Metas Anuais de Receita;
- b) Metas Anuais de Despesa;
- c) Resultado Primário;
- d) Resultado Nominal;
- e) Montante da Dívida.

II - Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;

III - Metas anuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

IV - Evolução do patrimônio líquido;

V - Origem e aplicação dos recursos com alienação de ativos;

VI - Receitas e despesas previdenciárias do RPPS;

VII - Projeção atuarial do RPPS;

VIII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

IX - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

X – Metas e Prioridades da Administração.

CAPÍTULO IV

Seção I

Da Estrutura e Organização do Orçamento do Município

Art. 4º. A elaboração da lei orçamentária deverá pautar-se pela transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade as informações relativas às suas diversas etapas, inclusive por



meio de audiências públicas, bem como pelo equilíbrio das receitas e despesas públicas.

§ 1º. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

- I – os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias;
- II – as prestações de contas e respectivos pareceres prévios;
- III – o Relatório Resumido da Execução Orçamentária;
- IV – o Relatório de Gestão Fiscal.

Art. 5º. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal, constantes desta Lei e de seus anexos, estabelecidas em consonância com a legislação constitucional e infraconstitucional específica, terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas, devendo ser observados os objetivos abaixo especificados:

- I – responsabilidade na gestão fiscal;
- II – desenvolvimento econômico e social, visando à redução das desigualdades;
- III – eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos, em especial nas ações e serviços de saúde e de educação;
- IV – ação planejada, descentralizada e transparente, mediante incentivo à participação da sociedade;
- V – articulação, cooperação e parceria com a União, o Estado e a iniciativa privada;
- VI – acesso e oportunidades iguais para toda a sociedade;
- VII – preservação do meio ambiente, do patrimônio histórico e das manifestações culturais.

§1º No projeto de lei orçamentária, a destinação de recursos relativos aos programas sociais conferirá prioridades às áreas de menor índice de desenvolvimento humano.

§2º As ações dos programas prioritários integrarão a proposta orçamentária para 2017, por meio dos projetos e atividades a eles relacionados.

§ 3º As fontes de recursos destinam-se a indicar à origem das receitas que financiarão as despesas previstas na Lei Orçamentária, destacando os recursos ordinários, que são aqueles arrecadados pelo Tesouro Municipal, as receitas próprias diretamente arrecadadas pelas entidades supervisionadas e as receitas provenientes de convênios e operações de crédito.

Art. 6º. Integrarão a proposta orçamentária do Município para 2017:

- I - Projeto de lei;
- II - Anexos;
- III - Justificativa



§1º O texto da lei orçamentária conterá as disposições permitidas pelo §8º, do art. 165 da Constituição Federal e disposições estabelecidas pela Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º A composição dos anexos de que trata o inciso II do caput deste artigo será por meio de quadros orçamentários consolidados, incluindo os anexos definidos pela Lei 4.320/64 e outros estabelecidos para atender disposições legais, conforme discriminação abaixo:

- I - Quadro de discriminação da legislação da receita;
- II - Demonstrativo do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de: anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira e tributária;
- III - Tabela explicativa da evolução da receita arrecadada nos exercícios de 2014 e 2015, bem como a estimativa para 2016;
- IV - Tabela explicativa da evolução da despesa realizada nos exercícios de 2014 e 2015, e fixada para 2016;
- V - Demonstrativo consolidado da receita resultante de impostos e da despesa consignada para manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 2017, bem como o percentual orçado para aplicação no referido exercício, consoante art. 212 da Constituição Federal;
- VI - Demonstrativo consolidado do percentual das receitas indicadas no art. 77 do ADCT da Constituição Federal e das despesas fixadas na proposta orçamentária para 2017 destinadas às ações e serviços de saúde;
- VII - Demonstrativos dos recursos destinados ao atendimento e desenvolvimento de programas e ações de assistência à criança e ao adolescente;
- VIII - Demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, anexo I da Lei 4.320/64;
- IX - Receitas segundo as categorias econômicas, anexo 2 da Lei 4.320/64;
- X - Receita consolidada por categorias econômicas, anexo 2 Lei 4.320/64;
- XI - Natureza da despesa por categoria econômica, por unidade orçamentária, anexo 2 da Lei nº 4.320/64;
- XII - Natureza da despesa consolidada por categoria econômica, anexo 2 da Lei 4.320/64;
- XIII - Demonstrativo da despesa por programa de trabalho, projeto, atividade e operação especial, por unidade orçamentária, anexo 6 da Lei 4.320/64;
- XIV - Demonstrativo dos programas de trabalho, indicando funções, sub-funções, projetos e atividades, anexo 7 da Lei 4.320/64;
- XV - Demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas conforme o vínculo, anexo 8 da Lei 4.320/64;
- XVI - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções, anexo 9 da Lei 4.320/64;
- XVII - Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com prioridades, objetivos e metas desta Lei;
- XVII - Demonstrativo para atendimento do § 6º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 7º O orçamento de cada um dos órgãos da Administração Direta e seus fundos, bem como o das entidades autárquicas e fundações, discriminarão suas despesas nos seguintes níveis de detalhamento:

- I - programa de trabalho do órgão;
- II - despesa do órgão detalhada por grupo de natureza e modalidade de aplicação;



III - despesa por unidade orçamentária, evidenciando as classificações institucional, funcional e programática, detalhando os programas segundo projetos, atividades e operações especiais, e especificando as dotações por grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação, elemento de despesa e fonte de recursos.

Art. 8º. Em cumprimento ao disposto no *caput* e na alínea “e” do inciso I do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a alocação dos recursos na lei orçamentária será feita de forma a propiciar o controle de custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 9º. A lei orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, no valor, máximo, de 5,0% (cinco inteiro por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2017, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. Caso não seja utilizado a reserva de contingência para a sua finalidade, no todo ou em parte, até 30 de outubro, saldo remanescente poderá ser utilizado para a cobertura de créditos adicionais, conforme disposições do art. 5.º, inciso III, da LC n.º 101/00.

Art. 10. A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos aqueles em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

§ 1º. O disposto no “caput” deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º. Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja alocação de recursos orçamentários esteja compatível com os cronogramas físico-financeiros vigentes.

Art. 11. Os projetos e atividades constantes da Lei Orçamentária para 2017, com dotações vinculadas a fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, só serão executados e utilizados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa.

Parágrafo único. Poderão ser estimadas receitas e fixadas despesas no orçamento para 2017, destinadas aos investimentos constantes no PPA citados no *caput*, em valores superiores aqueles estimados nos anexos desta Lei, desde que haja perspectiva de transferências voluntárias para o Município superiores a estimativa constante nesta LDO.

Art. 12. A lei orçamentária anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de parcerias público-privadas, reguladas pela Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e alterações posteriores.

Art. 13. A lei orçamentária anual poderá conter dotações relativas a projetos a serem desenvolvidos por meio de consórcios públicos, regulados pela Lei Federal nº



11.107, de 6 de abril de 2005, através dos procedimentos contábeis estabelecidos pela Portaria STN n.º 274, de 13 de maio de 2016.

Art. 14. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária e da respectiva lei, poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e previdenciária, em tramitação.

§ 1º. Se estimada a receita, na forma deste artigo, no projeto de lei orçamentária:

I - serão identificadas as proposições de alterações na legislação e especificada a receita adicional esperada, em decorrência de cada uma das propostas e seus dispositivos; e

II - será identificada a despesa, condicionada à aprovação das respectivas alterações na legislação.

§ 2º. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas ou sejam parcialmente aprovadas, até 31 de dezembro de 2016, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas no todo ou em parte, conforme o caso, mediante decreto.

Art. 15. O projeto de lei orçamentária poderá computar na receita:

I - operação de crédito autorizada por lei específica, nos termos do § 2º do art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, observados o disposto no § 2º do art. 12 e no art. 32, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, assim como, se for o caso, os limites e condições fixados pelo Senado Federal;

II - operações de crédito a serem autorizadas na própria lei orçamentária, observados o disposto no § 2º do art. 12 e no art. 32, ambos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, assim como, se for o caso, os limites e condições fixados pelo Senado Federal;

III - os efeitos de programas de alienação de bens imóveis, móveis e de incentivo ao pagamento de débitos inscritos na dívida ativa do Município.

Art. 16. As despesas com publicidade de interesse do Município restringir-se-ão aos gastos necessários à divulgação de investimentos e serviços públicos efetivamente realizados, bem como de campanhas de natureza educativa ou preventiva, excluídas as despesas com a publicação de editais e outras legais.

Art. 17. O Prefeito do Município poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificações no projeto de lei do orçamento anual, enquanto não iniciada a votação na Comissão específica.



Parágrafo único. Poderão constar da proposta orçamentária dotações para programas, projetos e atividades constantes de projeto de lei de alteração do plano plurianual em tramitação na Câmara de Vereadores.

CAPÍTULO IV

Seção II

Dos Créditos Adicionais

Art. 18. No texto da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 conterà autorização para abertura de créditos adicionais suplementares de até quarenta por cento do total dos orçamentos e autorização para contratar operações de crédito, respeitadas as disposições da Resolução n.º 043/2001, do Senado Federal, bem como da legislação aplicável à matéria.

Art. 19. Os créditos especiais e suplementares serão autorizados por lei e abertos por Decreto Executivo, podendo haver transposição de uma categoria econômica para outra, observadas as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64 e atualizações posteriores.

§ 1º. Consideram-se recursos orçamentários para efeito de abertura de créditos especiais e suplementares, autorizados na forma do *caput* deste artigo, desde que não comprometidos, os seguintes:

- I - superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - recursos provenientes de excesso de arrecadação;
- III - recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;
- IV - produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las, inclusive financiamentos com recursos provenientes do BNDES pelo PMAT, PNAFM, PROVIAS e outros;
- V - recursos provenientes de transferências à conta de fundos, para aplicação em despesas a cargo do próprio fundo;
- VI - recursos provenientes de transferências voluntárias resultantes de convênios, ajustes e outros instrumentos para realização de obras ou ações específicas.

§ 2º. As propostas de modificações ao projeto de lei orçamentária, bem como os projetos de créditos adicionais, serão apresentadas com a forma e o nível de detalhamento, os demonstrativos e as informações estabelecidas para o orçamento.

§ 3º. Os Créditos Adicionais Especiais autorizados nos últimos 4 (quatro) meses do exercício poderão ser reabertos até o limite de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício seguinte, consoante § 2º do art. 167 da Constituição Federal.



§ 4º. Dentro do mesmo grupo de despesa e na mesma unidade, por meio de Decreto, poderão ser remanejados saldos de elementos de despesa, sem onerar o percentual de suplementação.

Art. 20. Para realização das ações e serviços públicos, inclusive aqueles decorrentes dos artigos 194 a 214 da Constituição Federal, poderá haver compensação entre os orçamentos fiscal e da seguridade social, por meio de créditos adicionais com recursos de anulação de dotações, respeitados os limites constitucionais.

Parágrafo único. Na transposição, transferência ou remanejamento de que trata o *caput* poderá haver reajuste na classificação funcional, respeitada a Portaria SOF n.º 42/1999.

Art. 21. Não se incluem no limite de suplementação, previsto no Art. 18 da presente Lei, as dotações do mesmo grupo, para atendimento das seguintes despesas:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - pagamentos do sistema previdenciário;
- III - pagamento do serviço da dívida;
- IV - pagamento das despesas correntes relativas à operacionalização do Sistema Único de Saúde e do Sistema Municipal de Ensino;
- V - transferências de fundos ao Poder Legislativo;
- VI - despesas vinculadas a convênios, bem como sua contrapartida;
- VII - incorporação de saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2016, do excesso de arrecadação de recursos vinculados a fundos especiais e ao FUNDEB, quando se configurar receitas do exercício superior às previsões de despesas fixadas na Lei de Orçamento.

Art. 22. As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa.

§1º No processamento do orçamento e da contabilidade será utilizado software de contabilidade e orçamento público que deverá:

- I - processar a contabilidade em partidas dobradas nos sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial e compensado;
- II - possuir centro de custos que identifique os gastos para propiciar avaliação de resultados, nos termos do regulamento aprovado por Decreto;
- III - atender a Lei 4.320/64, incluídas as disposições regulamentares e atualizações posteriores;
- IV - permitir o processamento dos demonstrativos que integram os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal, nos termos da regulamentação estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º Durante a execução orçamentária, o Poder Executivo, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais nos orçamentos das unidades administrativas e gestoras na forma de crédito especial.



Art. 23. Para efeito da execução orçamentária, a discriminação, o remanejamento e a inclusão dos elementos em cada grupo de despesa das atividades, projetos e operações especiais constantes da presente Lei e de créditos adicionais, serão efetuados mediante registro contábil diretamente no sistema informatizado de execução financeira do orçamento, independentemente de formalização legal específica.

CAPÍTULO IV

Seção III

Das Transferências para o Setor Privado

Art. 24. Na programação da despesa não poderão ser incluídos recursos destinados a clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas para o atendimento pré-escolar.

Parágrafo-Único - É vedada a destinação de recursos a título de subvenções sociais para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, artes, assistência social, saúde e educação, observado o disposto no art. 16 da Lei nº 4.320, de 1964, e que preencham uma das seguintes condições:

I. sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

II. sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica ou assistencial; ou.

III. sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

CAPÍTULO V

Seção Única

Das alterações na legislação tributária

Art. 25. O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei propondo alterações na legislação, inclusive na que dispõe sobre tributos municipais, se necessárias à preservação do equilíbrio das contas públicas, à consecução da justiça fiscal, à eficiência e modernização da máquina arrecadadora, à alteração das regras de uso e ocupação do solo, subsolo e espaço aéreo, bem como ao cancelamento de débitos cujo montante seja inferior aos respectivos custos de cobrança.

Art. 26. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou



modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no art. 14, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo ser instruídos com demonstrativo do estudo do seu impacto orçamentário e financeiro.

Art. 27. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para os efeitos do disposto no § 2º do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Constará do orçamento dotações destinadas à implementação de programa de modernização do sistema de arrecadação, cobrança de tributos e da dívida ativa tributária.

CAPÍTULO VI

Seção I

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção I

Das despesas com pessoal

Art. 28. O Poder Legislativo e Executivo, para fins de atendimento do disposto no inciso II, do § 1º do art. 169, da Constituição Federal, ficam autorizados a conceder quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, funções, alterações na estrutura de carreira, bem como realização de concurso, admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observadas as disposições contidas na Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo único. No exercício financeiro de 2017, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

Art. 29. Observado o disposto no parágrafo único, do art. 28 desta lei, o Poder Executivo poderá encaminhar projetos de lei visando:

- I - à concessão e à absorção de vantagens e ao aumento de remuneração de servidores;
- II - à criação e à extinção de cargos públicos;
- III - à criação, extinção e alteração da estrutura de carreiras;
- IV - ao provimento de cargos e contratações estritamente necessárias, respeitada a legislação municipal vigente;
- V - à revisão do sistema de pessoal, particularmente do plano de cargos, carreiras e salários, objetivando a melhoria da qualidade do serviço público, por meio de



políticas de valorização, desenvolvimento profissional e melhoria das condições de trabalho do servidor público.

VI – Instituição de Incentivos a demissão voluntária.

§ 1º. Fica dispensada do encaminhamento de projeto de lei a concessão de vantagens já previstas na legislação.

§ 2º. A criação ou ampliação de cargos deverá ser precedida da demonstração do atendimento aos requisitos da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 3º. Os projetos de lei previstos neste artigo não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros retroativos a exercícios financeiros anteriores a sua entrada em vigor, podendo, contudo, retroagir a competência anterior dentro do mesmo exercício.

Art. 30. Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida pelo respectivo Chefe do Poder.

Art. 31. Para atendimento das disposições do art. 60, inciso XII, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 19.12.2006, publicada no DOU em 20.12.2006, bem como para pagar o valor do salário mínimo a todos os servidores municipais, da forma definida no inciso IV, do art. 7º, da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado a conceder abono salarial aos profissionais de magistério e aos servidores municipais, que serão compensados quando da concessão de reajuste autorizado por Lei.

Art. 32. Havendo necessidade de redução das despesas de pessoal, para atendimento aos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo adotará as seguintes medidas:

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
- IV - rescisão de contratos de servidores admitidos em caráter temporário.

Parágrafo único. As providências estabelecidas no caput deste artigo serão tomadas de acordo com as disposições constitucionais pertinentes.

Art. 33. O Município poderá incluir na proposta orçamentária dotação destinada ao custeio de despesas com programa de demissão voluntária de servidores.



CAPÍTULO VI

Seção I

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção II Da previdência

Art. 34. O Município ou a entidade previdenciária poderá contratar serviços de consultorias e assessorias, contábeis, financeiras, atuariais, previdenciárias e jurídicas para a manutenção do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 35. Serão Incluídas dotações no orçamento de 2017 para realização de despesas com cobertura de déficit e passivo atuarial do RPPS.

Art. 36. O Regime Próprio de Previdência Social será estruturado de acordo com a legislação vigente, especialmente no tocante a contabilidade previdenciária nos termos da legislação aplicável a matéria.

Art. 37. Os relatórios e demonstrativos exigidos pela legislação vigente serão publicados pelo gestor do RPPS, nas datas especificadas em lei e regulamento.

Art. 38. O orçamento da entidade previdenciária deverá integrar a proposta orçamentária por meio de unidade gestora supervisionada.

Parágrafo único. Adotar-se-á o conceito de Receita Intra-Orçamentária para contrapartida das despesas realizadas na Modalidade de Aplicação “91-Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social”, conforme consta na Portaria Interministerial n.º 688, de 14 de outubro de 2005.

CAPÍTULO VI

Seção I

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção III Da saúde e educação

Art. 39. A aplicação de receitas em ações e serviços de saúde, bem como de educação, serão demonstradas por meio da publicação dos Demonstrativos Anexo X e XVI do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, elaborados de conformidade com o Manual do Tesouro Nacional aprovado pela Portaria da



Secretaria do Tesouro Nacional, que serão disponibilizados pelo Poder Executivo aos competentes conselhos de acompanhamento.

CAPÍTULO IV

Seção I

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção IV

Dos suprimentos para o Legislativo

Art. 40. Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pelo Município até o dia vinte de cada mês, através de suprimento de fundos, nos termos art. 29-A, da Constituição Federal, com redação da Emenda Constitucional n.º 58/2009, devendo, a Câmara, providenciar o envio, à Prefeitura, dos balancetes orçamentários, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado, nos termos das disposições do art. 74 da Constituição Federal, bem como propiciar a elaboração dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal exigidos pela Lei Complementar n.º 101/2000.

§ 1º- Especificamente no mês de janeiro de 2017, o repasse dos duodécimos legislativos poderá ser feito na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2016, devendo ser ajustada em fevereiro de 2017, eventual diferença que venha a ser encontrada, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior.

§ 2º- O Poder Legislativo terá como limite de proposta orçamentária 2017 para despesas correntes e capital os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI

Seção I

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção V

Dos convênios com outras esferas de Governo

Art. 41. O Município poderá celebrar convênio com órgãos e entidades do Estado ou da União para cooperação técnica e financeira, na forma da Lei, bem como incluir dotações específicas para custeio de despesas resultantes destes convênios no orçamento de 2017.



Art. 42. Os convênios, contratos, acordos ou ajustes firmados com outras esferas de governo, dentre outros, destinar-se-ão a desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, bem como infra-estrutura, saneamento básico, combate aos efeitos de alterações climáticas, preservação do meio ambiente, promoção de atividades geradoras de empregos no âmbito do Município e de atividades ou serviços cujas despesas são próprias de outros governos.

CAPÍTULO VI

Seção I

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção VI Das subvenções

Art. 43. Poderá ser incluída na proposta orçamentária para 2017, bem como em suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários a instituições privadas sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculadas ao Município, a título de subvenções sociais, nos termos da Lei, e sua concessão dependerá:

I - de que as entidades sejam de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

II - de que exista lei específica autorizando a subvenção;

III - da prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhada, pela entidade beneficiária, até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da Prefeitura, na conformidade do parágrafo único, do art. 70 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 e das disposições da Resolução T.C. Nº 05/93 de 17.03.93, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco;

IV - da comprovação, por parte da instituição, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;

V - da apresentação dos respectivos documentos de constituição da entidade, até 15 de setembro de 2016;

VI - da comprovação que a instituição está em situação regular perante o INSS e o FGTS, conforme artigo 195, § 3º, da Constituição Federal e perante a Fazenda Municipal, nos termos do Código Tributário do Município;

VII - de não se encontrar em situação de inadimplência no que se refere a Prestação de Contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.

§1º Integrará o convênio, que formalizará a subvenção, plano de aplicação, conforme disposições do art. 116 e § 1º da Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações posteriores.



§2º Sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares, o plano de trabalho de que trata o § 1º conterá objetivos, justificativas, metas a serem atingidas com a utilização dos recursos e cronograma de desembolso.

§3º Não constará da proposta orçamentária para o exercício de 2017, dotação para as entidades que não atenderem ao disposto nos incisos I, III, IV e V do presente artigo.

§4º Também serão permitidos repasses as instituições privadas, sem fins lucrativos, de natureza artística, cultural, esportiva e educacional, consoante disposições dos artigos 215 a 217 da Constituição Federal, atendidas as exigências desta seção, no que couber.

§5º O Município poderá desenvolver PDDE local com recursos próprios, ficando as exigências limitadas aos requisitos mínimos estipulados no Programa Dinheiro Direto na Escola, para as unidades executoras.

§6º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização com a finalidade de se verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§7º As prestações de contas, sem prejuízo de outras exigências legais e regulamentares, demonstrarão as origens e aplicações dos recursos, cumprimento dos objetivos e da execução das metas físicas constantes do plano de trabalho e do instrumento de convênio.

CAPÍTULO VI

Seção I

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção VII Dos consórcios

Art. 44. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, termos de parceria e outros instrumentos legais aplicáveis para formalização de participação em consórcios com outros municípios, conforme lei municipal específica e demais disposições legais aplicáveis.

§1º Estão incluídas na autorização do caput deste artigo ações, programas, projetos e atividades a serem executados em consórcios, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, com adequação local, para atendimento de objetivos públicos.



§2º Poderão ser consignadas dotações no orçamento do Município, destinadas à participação referenciada no *caput*, inclusive por meio de auxílios, contribuições e subvenções, bem como para execução de programas, projetos e atividades vinculadas aos programas objeto dos convênios, termos de parcerias e outros instrumentos formais cabíveis, respeitada a legislação aplicável a cada caso.

§3º Os procedimentos contábeis serão estabelecidos através da Portaria STN nº 274, de 13 de maio de 2016, que estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal.

CAPÍTULO VI

Seção I

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção VIII Dos Programas Assistenciais

Art. 45. Constarão do orçamento dotações destinadas a doações e execução de programas assistenciais, culturais e esportivos, ficando a concessão subordinada às regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos, locais, para atendimento do disposto no art. 26 de Lei Complementar nº 101/2000.

§1º Nos programas culturais de que trata o *caput*, se incluem o patrocínio e realização, pelo Município, de festividades cívicas, folclóricas, festa do padroeiro e outras manifestações culturais, inclusive quanto à valorização e difusão cultural de que trata o art. 215 da Constituição Federal.

§ 2º O Município também apoiará e incentivará o desporto e o lazer, por meio da execução de programas específicos, onde se inclui esporte solidário e educacional, consoante disposições do art. 217, da Constituição Federal e regulamento local.

CAPÍTULO VI

Seção I

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção IX Dos Precatórios

Art. 46. O orçamento para o exercício de 2017 consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios,



conforme discriminação constante nos §§ 1º, 1º-A, 2º e 3º do art. 100, da Constituição Federal e art. 87, do ADCT da Carta Magna e disposições da legislação específica.

Parágrafo único. Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário ao Município, até 1º de julho de 2016, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2017, conforme determina a Constituição Federal.

Art. 47. Constituem débitos e/ou obrigações judiciais de pequeno valor, nos termos do art. 87, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os débitos decorrentes de sentenças judiciais com trânsito em julgado, consignados em precatório judiciário, que tenham valor igual ou inferior R\$ 2.300,00 (Dois mil e trezentos reais).



CAPÍTULO VI

Seção I

Das diretrizes relativas às despesas

Subseção X

Das OSs e das OSCIPs

Art. 48. A eventual realização de termos de parcerias, contratos de gestão e congêneres, com Organização Social e/ou com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, deverá observar as disposições da Resolução TCE n.º 20, de 21 de setembro de 2005, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

CAPÍTULO VII

Seção Única

Da execução Orçamentária

Subseção I

Das despesas novas

Art. 49. Para geração de despesa nova, o Demonstrativo da Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro relativo à geração de despesa nova, para atendimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000, deverá ser elaborado e publicado da forma definida na alínea “b” do inciso “I” do art. 97 da Constituição do Estado de Pernambuco.

Art. 50. Para efeito do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas que não excedam o limite

estabelecido nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, modificada pelas Leis nº 8.883, de 08.06.94, nº 9.648 de 27.05.98 e nº 9.854, de 27.10.99 e atualizações posteriores.

CAPÍTULO VII

Seção Única

Da execução Orçamentária

Subseção II

Da limitação de empenho

Art. 51. Até trinta dias após a publicação do Orçamento Anual de 2017, o Poder Executivo estabelecerá, a Programação Financeira e o Cronograma Mensal de Desembolso para o exercício, inclusive a eventual composição de reserva de contingência, e o calendário de eventos associados, de acordo com o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC101/2000).

§ 1º - A programação financeira, que apresenta as previsões para as entradas e saídas de recursos, será demonstrada por mês e por bimestre, e distinguirá as receitas por fontes e as despesas por natureza, e considerará os valores extra orçamentários.

§ 2º - O cronograma mensal de desembolsos, que apresenta as previsões de receitas a arrecadar e de despesas a empenhar, será demonstrado por mês e por bimestre, de forma a orientar os órgãos sobre a capacidade de ordenar as despesas, e levará em consideração os valores extra orçamentários.

Art. 52. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais desta lei, poderá ser promovida a limitação de empenho e movimentação financeira nos 30 (trinta) dias subsequentes.

§ 1º. A limitação a que se refere o "caput" deste artigo será fixada em montantes por Poder e por órgão, respeitando-se as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais de execução, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida e precatórios judiciais.

§ 2º. Os órgãos deverão considerar, para efeito de contenção de despesas, preferencialmente, os recursos orçamentários destinados às despesas de capital relativas a obras e instalações, equipamentos e material permanente e despesas correntes não afetadas a serviços básicos.

§ 3º. No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.



§ 4º. Em caso de ocorrência da previsão contida no “caput” deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a contingenciar o orçamento.

§ 5º. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 53. A limitação do empenho ou de despesa deverá ser equivalente ao da diferença entre a receita arrecadada e a prevista para o bimestre.

Art. 54. Não são objeto de limitação às despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, sentenças judiciais e de despesa com pessoal.

CAPÍTULO VII

Seção Única

Da execução Orçamentária

Subseção III Dos orçamentos dos fundos

Art. 55. Os orçamentos dos fundos municipais deverão integrar a proposta orçamentária por meio de unidades gestoras supervisionada.

§ 1º. Os gestores dos fundos encaminharão os respectivos planos de aplicação, consoante estimativa da receita, à Secretaria de Finanças do Município, até 30 (trinta) dias antes da data prevista para entrega do projeto de lei do orçamento de 2017 ao Poder Legislativo, para efeito de inclusão e consolidação na proposta orçamentária.

§ 2º. Os fundos que não tiverem gestores nomeados na forma das leis instituidoras serão gerenciados pelo Prefeito do Município, até que exista ordenador de despesas formalmente designado.

§ 3º. É vedada a vinculação de percentuais de receita a fundos e despesas, ressalvadas as disposições do inciso IV, do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 56. Os fundos municipais terão suas receitas e despesas, especificadas no orçamento, vinculadas aos seus objetivos, identificados na legislação pertinente e nos planos de aplicação, estes representados por planilhas de despesa com identificação das classificações funcional, programática, categoria econômica, metas e fontes de financiamento.

Art. 57. Os repasses de recursos aos fundos constarão da programação de que trata o art. 51, desta Lei, por meio de transferência financeira, condicionada a execução e das ações constantes no orçamento do fundo.



Art. 58. O orçamento do Regime Próprio de Previdência Social será elaborado nos termos desta Lei, observada as disposições da legislação específica.

Art. 59. Poderão constar da proposta do orçamento anual para 2017, unidades orçamentárias destinadas:

- I - à manutenção e desenvolvimento educação básica e valorização dos profissionais da educação, com recursos do FUNDEB e do Tesouro Municipal;
- II - ao Fundo Municipal de Saúde, com recursos do SUS e do Município;
- III - ao Fundo Municipal de Assistência Social, com recursos do FNAS e do Tesouro Municipal;
- IV - ao Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, com recursos repassados, bem como, do Tesouro Municipal;
- V - a demais autarquias, fundações e fundos municipais criados por meio de Lei específica.

CAPÍTULO VIII

Seção Única

Da participação da população e das audiências públicas

Art. 60. A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do Município por meio de audiências públicas e oferecer sugestões:

- I - ao Poder Executivo, até quinze de setembro de 2016, junto à Secretaria de Planejamento;
- II - ao Poder Legislativo, na comissão técnica de orçamento e finanças, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais da Câmara e em audiências públicas promovidas pela referida comissão.

§ 1º. Para fins de realização de audiência pública será observado:

I - Quanto ao Poder Legislativo:

- a) determinar que a condução da audiência fosse feita por meio da Comissão Técnica da Câmara que tem as atribuições, no âmbito municipal, definidas pelo § 1º do art. 166 da Constituição Federal;
- b) convocar a audiência com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis;

II - Quanto ao Poder Executivo:

- a) receber comunicação formal da data da audiência;



b) disponibilizar, no prazo máximo de 2 (dois) dias antes da audiência, Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), elaborados nos termos da Portaria STN Nº 553, de 22 de setembro de 2014.

§ 2º- As audiências públicas levarão em consideração as demandas e prioridades detectadas junto às comunidades, definidas para fins de gestão orçamentária e administrativa, conforme as disposições específicas do Poder Executivo Municipal.

§ 3º- As demandas e reivindicações emanadas das audiências públicas serão avaliadas tecnicamente pelo Órgão competente e responsável pela execução dos serviços.

CAPÍTULO IX

Seção Única

Da celebração de operações de crédito

Art. 61. A autorização, que contiver na Lei Orçamentária de 2017, para contratação de operações de crédito será destinada ao atendimento de despesas de capital, observando-se, ainda, os limites de endividamento e disposições estabelecidos na legislação específica e em Resoluções do Senado Federal.

Parágrafo único. Poderá constar da Lei Orçamentária para 2017, autorização para celebração de operação de crédito por antecipação de receita, que, se realizada, obedecerá às exigências da Lei Complementar nº 101/2000, do Banco Central do Brasil, da Secretaria do Tesouro Nacional e do Senado Federal, e, ainda, deverá ser quitada, integralmente, dentro do exercício.

Art. 62. Poderão ser consignadas dotações destinadas ao pagamento de juros, amortizações e encargos legais relacionadas com operações de crédito de antecipação de receita orçamentária – ARO e de longo prazo, contratadas ou em processo de contratação junto ao BNDES, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, destinados à execução de Programas de Modernização Administrativa e Incremento de Receita, do tipo PMAT, PNAFM, PROVIAS e similares, bem como outros das linhas de infra-estrutura, habitação, saneamento e reequipamento.

§ 1º. As operações de crédito obedecerão a LC 101/2000, as Resoluções 40 e 43 do Senado Federal, às disposições do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil, e ainda, a regulamentação nacional específica.

§ 2º. A implantação dos programas citados no *caput* depende da aprovação pelo órgão financiador do projeto, enquadrado nas normas próprias.

§ 3º. A assunção de obrigações que resultem em dívida fundada precisará ser autorizada pela Câmara Municipal de Vereadores.



CAPÍTULO X

Seção Única

Das disposições gerais

Art. 63. A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2017, será entregue ao Poder Legislativo até o dia 05 de outubro de 2016 e deverá ser devolvida para sanção até cinco de dezembro, conforme dispõe o inciso III, do § 1º, do art. 124 da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31/2008.

Art. 64. A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2017, será entregue ao Poder Executivo até 05 de agosto de 2016, para efeito de compatibilização com as despesas do Município que integrarão a proposta orçamentária.

Art. 65. As emendas ao projeto de lei orçamentária e seus anexos somente poderão ser aprovadas quando atenderem as disposições do § 3º, do art. 166, da Constituição Federal, sejam compatíveis com o Plano Plurianual, com a LDO e que:

I - Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e encargos;
- b) serviço da dívida.

II - estejam relacionados:

- a) com a correção de erros ou omissões, ou;
- b) com os dispositivos do projeto de lei.

Art. 66. Os autógrafos da lei orçamentária serão enviados ao Poder Executivo no prazo estipulado no inciso III, do § 1º, do art. 124, da Constituição do Estado de Pernambuco, devidamente consolidados, tanto no que se refere ao texto do projeto de lei como em todos os anexos, com o teor das emendas devidamente aprovadas na Câmara Municipal.

Art. 67. Caso a devolução do orçamento para sanção do Prefeito deixe de ser feita ao Poder Executivo, no prazo legal, ou os autógrafos da lei orçamentária sejam encaminhados sem consolidação das emendas realizadas no texto e nos anexos, o Poder Executivo adotará as recomendações do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco acerca da matéria, inclusive quanto à promulgação da proposta orçamentária como Lei.

Art. 68. As emendas feitas ao projeto de lei orçamentária e seus anexos, sejam aditivas, supressivas ou modificativas, consideradas inconstitucionais ou contrárias ao interesse público poderão ser vetadas pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo



de 15 (quinze) dias úteis, consoante disposições do § 1º, do art. 66, da Constituição Federal, que comunicará os motivos do veto dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara.

§ 1º. As emendas à Proposta Orçamentária ficam limitadas a 3% (três por cento) desta, ficando vedadas as emendas de redução das dotações de pessoal e contratos de duração continuada.

§ 2º. O veto às emendas mencionadas no *caput* restabelecerá a redação inicial do projeto de lei orçamentária enviado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, devendo ser sancionado da forma original.

§ 3º. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou aos projetos que o modifiquem, somente poderão ser aprovadas caso atendam às disposições contidas na Lei do Plano Plurianual 2017, referente ao exercício de 2016, no art. 127, § 3º, da Constituição Estadual.

Art. 69. A execução do orçamento e do planejamento governamental do Município, no exercício de 2017, seguirá as disposições desta Lei e de seus anexos, para o acompanhamento da programação orçamentária e financeira, com vistas à obtenção dos resultados previstos e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas.

Art. 70. São identificadas como áreas finalísticas da atuação do Município, aquelas que buscam atender a uma necessidade ou demanda da sociedade mediante um conjunto articulado de projetos, atividades e ações relacionadas com a produção de um bem ou serviço para a população.

Art. 71. Os programas que envolvam atividades finalísticas poderão ser administrados por gestores de programas governamentais, nomeados pelo Prefeito do Município na forma da Lei.

Art. 72 Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar n. 101, de 2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 73. Integram esta Lei os anexos abaixo, com respectivos demonstrativos:

- I - Anexo de Prioridades (ANEXO I);
- II - Anexo de Metas Fiscais (ANEXO II);
- III - Anexo de Riscos Fiscais (ANEXO III).

Art. 74. Para adequação orçamentária decorrente de mudança na estrutura administrativa determinada por Lei, fica o Poder Executivo autorizado, mediante



Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, dotações orçamentárias constantes no orçamento para o exercício de 2017 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, inclusive os títulos e descritores, metas e objetivos, fontes de recursos e modalidade de aplicação.

Art. 75. Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for sancionado/promulgado até o dia 1º de janeiro de 2017, a programação constante do Projeto encaminhado pelo Poder Executivo poderá ser executado em cada mês até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar a sanção ou promulgação do ato.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica às despesas correntes nas áreas de educação, saúde e assistência social, bem como as despesas relativas à pessoal e seus respectivos encargos sociais e à dívida pública municipal, podendo os gastos serem realizados em sua totalidade.

Art. 76. A população poderá ter acesso às prestações de contas por meio de consulta direta, nos termos do art. 49, da LC 101/2000, somente no âmbito na Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 77. Em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei no 10.028, de 19 de outubro de 2000, os titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 54 da Lei Complementar no 101, de 2000, encaminharão ao Poder Legislativo os respectivos Relatórios de Gestão Fiscal, no prazo de 30 (trinta) dias após o final do quadrimestre.

§ 1º. O encaminhamento do RREO e do RGF ao TCE-PE, de que trata esta Resolução, dar-se-á exclusivamente de forma eletrônica, via SICONFI, mediante a homologação da respectiva declaração, nesse sistema.

§ 2º. A elaboração do RREO e do RGF será feita em conformidade com a Portaria STN n.º 403, de 28 de junho de 2016, que aprovou a 7ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF.

§ 3º. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, de que trata o artigo 52 da LRF, abrange todos os Poderes e Órgãos e será consolidado pelos respectivos chefes do Poder Executivo Municipal, através de sistema eletrônico padronizado para o Poder Executivo Municipal.

§ 4º. O Poder Executivo Municipal publicará o RREO e o RGF juntamente com os demonstrativos constantes dos artigos 52 e 54 da LRF, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e quadrimestre respectivamente.

§ 5º. Em atendimento ao disposto no artigo 48, incisos II e III e artigo 48-A da Lei Complementar n.º 101, de 2000, o Poder Executivo divulgará as informações referentes à execução orçamentária e financeira e à situação patrimonial das



respectivas unidades gestoras/ e ou supervisionadas em sistema eletrônico padronizado na esfera municipal.

Art. 78 - A Administração Municipal promoverá a reavaliação de ativos e passivos municipais parafins de adequação às novas Normas da Contabilidade Pública, absorvidos estes efeitos pela Gestão Patrimonial.

Art. 79. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Brejão, em 16 de agosto de 2016.



Ronaldo Ferreira de Melo
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO -
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO DE METAS FISCAIS
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

Lol: 0, Data: 29/07/2016

Programa Descrição									
0000 ENCARGOS PÚBLICOS DIVERSOS									
Ações	Entidade	Unid. Orçam.	Proj. Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Valor
	0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							Meta
		022301	SECRETARIA DE FINANÇAS						0
			0001	DIVIDAS DIVERSAS CONTRATADAS					51.000,00
				28	Encargos Especiais				
					843	Serviço da Dívida Interna			
						01	TESOURO		
							00	Recursos Ordinarios	
								4	DESPESAS DE CAPITAL

	0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0
		022301	SECRETARIA DE FINANÇAS						56.000,00
			0002	ENCARGOS DA DÍVIDA PÚBLICA E PRECATÓRIO					
				28	Encargos Especiais				
					843	Serviço da Dívida Interna			
						01	TESOURO		
							00	Recursos Ordinarios	
								3	DESPESAS CORRENTES

	0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0
		022301	SECRETARIA DE FINANÇAS						4.000,00
			0003	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES DIVERSAS					
				28	Encargos Especiais				
					843	Serviço da Dívida Interna			
						01	TESOURO		
							00	Recursos Ordinarios	
								3	DESPESAS CORRENTES



http://cloud.itsoluciones.inf.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf
assinado por: idUser 185

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO
SECRETARIA DE TRANSPARENCIA

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)
2017

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	0	81.000,00
022301	SECRETARIA DE FINANÇAS		
2152	DÍVIDAS CONTRATADAS INSS		
28	Encargos Especiais		
843	Serviço da Dívida Interna		
01	TESOURO		
00			
	Recursos Ordinários		
4	DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	0	81.000,00
022301	SECRETARIA DE FINANÇAS		
2153	DÍVIDAS CONTRATADAS RPPS		
28	Encargos Especiais		
843	Serviço da Dívida Interna		
01	TESOURO		
00			
	Recursos Ordinários		
4	DESPESAS DE CAPITAL		
0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO	0	6.000,00
030101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
0006	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA- SAÚDE		
28	Encargos Especiais		
846	Outros Encargos Especiais		
01	TESOURO		
07			
	SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS		
3	DESPESAS CORRENTES		
0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO	0	6.000,00
030101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
0007	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		
28	Encargos Especiais		
846	Outros Encargos Especiais		
01	TESOURO		
07			
	SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS		
3	DESPESAS CORRENTES		



<http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf>
assinado por: rduser185

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO -

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO	0	11.000,00
030102	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
0007	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		
28	Encargos Especiais		
846	Outros Encargos Especiais		
01	TESOURO		
00			
	Recursos Ordinarios		
3	DESPESAS CORRENTES		
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO	0	6.000,00
030102	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
0008	SUBVENÇÕES A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS-FMS		
28	Encargos Especiais		
846	Outros Encargos Especiais		
01	TESOURO		
00			
	Recursos Ordinarios		
3	DESPESAS CORRENTES		
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO	0	5.000,00
030102	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
0009	SENTENÇAS JUDICIAIS-FMAS		
28	Encargos Especiais		
846	Outros Encargos Especiais		
01	TESOURO		
00			
	Recursos Ordinarios		
3	DESPESAS CORRENTES		
Total Geral do Programa:			307.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO -
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Lol: 0, Data: 29/07/2016

ANEXO DE METAS E AÇÕES
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

Programa Descrição									
0101 PROCESSO LEGISLATIVO									
Ações	Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Valor
	0002	CÂMARA MUNICIPAL DE BREJÃO		01	Legislativa				58.746,00
		011101	CÂMARA MUNICIPAL	2001	MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL				
				01	Ação Legislativa	01	TESOURO	00	
								Recursos Ordinarios	
								3	DESPESAS CORRENTES
									0
									398.000,00
	0002	CÂMARA MUNICIPAL DE BREJÃO		01	Legislativa				
		011101	CÂMARA MUNICIPAL	2002	SUBSÍDIOS DOS VEREADORES				
				01	Ação Legislativa	01	TESOURO	00	
								Recursos Ordinarios	
								3	DESPESAS CORRENTES
									0
									15.000,00
	0002	CÂMARA MUNICIPAL DE BREJÃO		01	Legislativa				
		011101	CÂMARA MUNICIPAL	2004	DÍVIDAS POR SENTENÇAS JUDICIAIS				
				01	Ação Legislativa	01	TESOURO	00	
								Recursos Ordinarios	
								4	DESPESAS DE CAPITAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

Lei: 0, Data: 29/07/2016

2017

19.000,00

00002	CÂMARA MUNICIPAL DE BREJÃO
011101	CÂMARA MUNICIPAL
2004	DÍVIDAS POR SENTENÇAS JUDICIAIS
01	Legislativa
031	Ação Legislativa
01	TESOURO
00	
	Recursos Ordinarios
3	DESPESAS CORRENTES

0 51.000,00

[illegible]

Total Geral do Programa: 541.746,00

Programa		Descrição		Ações		Meta	Valor
0401	COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL						
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	Proj. Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria
	022201	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO					
		2022	DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL E PUBLICAÇÕES DIVERSAS				
		04	Administração				
			131	Comunicação Social			
				01	TESOURO		
					00		
							Recursos Ordinarios
							3
							DESPESAS CORRENTES
Total Geral do Programa:							14.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Lei: 0, Data: 29/07/2016

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)
2017

Programa Descrição

0402 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA

Ações

Entidade	Unid. Orçam.	Proj. Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0	6.000,00
	022201	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO							
		1007	OBRAS EM IMÓVEIS						
		04	Administração						
			122	Administração Geral					
				01	TESOURO				
					00		Recursos Ordinários		
						4	DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0	1.000,00
	022201	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO							
		1008	AQUIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS						
		04	Administração						
			122	Administração Geral					
				01	TESOURO				
					00		Recursos Ordinários		
						4	DESPESAS DE CAPITAL		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0	6.000,00
	022201	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO							
		1010	AQUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM GERAL						
		04	Administração						
			126	Tecnologia da Informação					
				01	TESOURO				
					00		Recursos Ordinários		
						4	DESPESAS DE CAPITAL		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Lei: 0, Data: 29/07/2016

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

0 5.000,00

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
022201 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
1011 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MODERNIZAÇÃO

04 Administração

126 Tecnologia da Informação

01 TESOURO

Recursos Ordinarios

4 DESPESAS DE CAPITAL

39.214,00

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
022201 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

2021 TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO DE SERVIDORES

04 Administração

128 Formação de Recursos Humanos

01 TESOURO

Recursos Ordinarios

3 DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa: 57.214,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

Lol: 0, Data: 29/07/2016

Programa	Descrição	Entidade	Unid. Orçam.	Proj. Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
0403	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO	0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO		022001	GABINETE DO PREFEITO	04	Administração		0	50.000,00
				2011	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	122	Administração Geral	01	TESOURO		
								00	Recursos Ordinarios		
									3		DESPESAS CORRENTES
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022001	GABINETE DO PREFEITO		04	Administração				0	10.000,00
				2013	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CONT. INTERNO	124	Controle Interno	01	TESOURO		
								00	Recursos Ordinarios		
									4		DESPESAS DE CAPITAL
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022001	GABINETE DO PREFEITO		04	Administração				0	138.000,00
				2013	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE CONT. INTERNO	124	Controle Interno	01	TESOURO		
								00	Recursos Ordinarios		
									3		DESPESAS CORRENTES



<http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf>
assinado por: id:se-185

PORTAL DA TRANSPARENCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

[illegible]



<http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf>
assinado por: 20221005185

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
PORTAL DA TRANSPARENCIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

[illegible]

Programa	Descrição
0602	FORTALECIMENTO DA DEFESA CIVIL

Acções

<i>Entidade</i>	<i>Unid.Orçam.</i>	<i>Proj.Ativ.</i>	<i>Função</i>	<i>SubFunção</i>	<i>FonGrupo</i>	<i>FonCódigo</i>	<i>Categoria</i>	<i>Meta</i>	<i>Valor</i>
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0	14.000,00
	022201	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO							
		2023	DEFESA CIVIL, GUARDA E PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO						
			06	Segurança Pública					
				182	Defesa Civil				
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
						3	DESPESAS CORRENTES		
Total Geral do Programa:									14.000,00



507 jessy pi...
http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/owload/21-20221005084532.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)
2017

Programa Descrição
0801 GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							0	51.000,00
	030102	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
		1075	EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÃO						
		08	Assistência Social						
			122	Administração Geral					
				01	TESOURO				
					04		FMS - RECURSOS PRÓPRIOS		
						4	DESPESAS DE CAPITAL		
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO							0	25.000,00
	030102	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
		1075	EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÃO						
		08	Assistência Social						
			122	Administração Geral					
				02			TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS		
					02		TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - ASSISTÊNCIA SOCIAL		
						4	DESPESAS DE CAPITAL		
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO							0	26.000,00
	030102	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
		1076	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS						
		08	Assistência Social						
			122	Administração Geral					
				01	TESOURO				
					04		FMS - RECURSOS PRÓPRIOS		
						4	DESPESAS DE CAPITAL		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Lei: 0, Data: 29/07/2016

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

[illegible]



http://cloud-it.solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084552.pdf

PORTAL DA TRANSPARENCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

Página 13 de 60

Programa Descrição

0802 FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

Ações

Entidade	Unid. Orçam.	Proj. Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO							0	7.000,00
	030102	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
		2111	AQUIS. E DISTR. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO A FAM. CARENTES						
		08	Assistência Social						
			244	Assistência Comunitária					
				01	TESOURO				
					04	FMAS - RECURSOS PRÓPRIOS			
						3	DESPESAS CORRENTES		
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO							0	27.000,00
	030102	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
		2112	ASSIST. PESSOAS CARENTES POR MEIO DE DOAÇÕES E AUXÍLIOS						
		08	Assistência Social						
			244	Assistência Comunitária					
				01	TESOURO				
					04	FMAS - RECURSOS PRÓPRIOS			
						3	DESPESAS CORRENTES		
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO							0	5.000,00
	030102	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
		2113	DIST. GRATUITA DE MATERIAIS DIV. A PES. CARENTES						
		08	Assistência Social						
			244	Assistência Comunitária					
				01	TESOURO				
					04	FMAS - RECURSOS PRÓPRIOS			
						3	DESPESAS CORRENTES		



assinado por: idUser 185
http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO -

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

0004 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO
030102 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2114 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS
08 Assistência Social

244 Assistência Comunitária

05

TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

10 FNAS

3 DESPESAS CORRENTES

0 107.000,00

Lei: 0, Data: 29/07/2016

Total Geral do Programa: 146.000,00



Assinado por: 185
http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)
2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

Página 15 de 66

Programa Descrição

0803 FORTALECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO							0	8.000,00
	030102	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
		1077	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS-IGDBF						
		08	Assistência Social						
		244	Assistência Comunitária						
			01	TESOURO					
			04				FMAS - RECURSOS PRÓPRIOS		
							4	DESPESAS DE CAPITAL	
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO							0	7.000,00
	030102	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
		1077	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS-IGDBF						
		08	Assistência Social						
		244	Assistência Comunitária						
			05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS					
			10	FNAS					
							4	DESPESAS DE CAPITAL	
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO							0	10.000,00
	030102	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
		1078	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS-IGD SUAS						
		08	Assistência Social						
		244	Assistência Comunitária						
			01	TESOURO					
			04				FMAS - RECURSOS PRÓPRIOS		
							4	DESPESAS DE CAPITAL	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO	0	6.000,00
030102	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
1078	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS- IGD SUAS		
08	Assistência Social		
244	Assistência Comunitária		
05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
10	FNAS		
4	DESPESAS DE CAPITAL		
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO	0	8.600,00
030102	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
1079	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PAIF- FUNDO A FUNDO		
08	Assistência Social		
244	Assistência Comunitária		
01	TESOURO		
04	FMAS - RECURSOS PRÓPRIOS		
4	DESPESAS DE CAPITAL		
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO	0	9.700,00
030102	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
1079	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O PAIF- FUNDO A FUNDO		
08	Assistência Social		
244	Assistência Comunitária		
05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
10	FNAS		
4	DESPESAS DE CAPITAL		
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO	0	50.000,00
030102	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2107	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO PARA CASA DO IDOSO		
08	Assistência Social		
241	Assistência ao Idoso		
01	TESOURO		
04	FMAS - RECURSOS PRÓPRIOS		
3	DESPESAS CORRENTES		



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

0 56.000,00

0004 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO
030102 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2107 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO PARA CASA DO IDOSO
08 Assistência Social
241 Assistência ao Idoso
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
10 FNAS
3 DESPESAS CORRENTES

0 17.000,00

0004 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO
030102 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2108 ASSISTÊNCIA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
08 Assistência Social
242 Assistência ao Portador de Deficiência
01 TESOURO
04 FNAS - RECURSOS PRÓPRIOS
3 DESPESAS CORRENTES

0 18.000,00

0004 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO
030102 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2115 REORDENAMENTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS-IDOSO, PRÓ-JO
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
10 FNAS
3 DESPESAS CORRENTES

0 389.000,00

0004 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BREJÃO
030102 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2116 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (IGDBF)
08 Assistência Social
244 Assistência Comunitária
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
10 FNAS
3 DESPESAS CORRENTES

DESPESES CORRENTES

DESPESAS CORRENTES

DESPESAS CORRENTES

1.433.300,00



assinado por: idUser 185
http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)
2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

Programa Descrição

0804 FORTALECIMENTO DOS DIREITOS DA CIDADANIA

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
0004	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL								
	030102	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
		1080	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O CONSELHO MUNICIPAL						
		08	Assistência Social						
			244	Assistência Comunitária					
			05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS					
			10	FNAS					
				4			DESPESAS DE CAPITAL		

Total Geral do Programa:

4.500,00

Programa Descrição									
0901 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA									
Ações									
Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
0005	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BREJÃO-PE							0	98.000,00
	029030	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BREJÃO							
	1096	EDIFICAÇÕES DA PREVIDÊNCIA							
			09	Previdência Social					
			272	Previdência do Regime Estatutário					
					04		RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
					12		RPPS		
						4	DESPESAS DE CAPITAL		

0005	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BREJÃO-PE							0	19.000,00
	029030	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BREJÃO							
	2028	GESTÃO DE PESSOAL DE APOIO ADMINISTRATIVO DO ENSINO							
			09	Previdência Social					
			272	Previdência do Regime Estatutário					
					04		RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
					12		RPPS		
						4	DESPESAS DE CAPITAL		

0005	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BREJÃO-PE							0	350.000,00
	029030	FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BREJÃO							
	2028	GESTÃO DE PESSOAL DE APOIO ADMINISTRATIVO DO ENSINO							
			09	Previdência Social					
			272	Previdência do Regime Estatutário					
					04		RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
					12		RPPS		
						3	DESPESAS CORRENTES		



Assinado por: idUse 185
http://cloud.it-solicoes.int.br/transparenteMunicipal/download/21-20221005084532.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)
2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

0 420.000,00

0005 FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BREJÃO-PE
029030 FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BREJÃO
2030 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE
09 Previdência Social
272 Previdência do Regime Estatutário
04 RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
12 RPPS
3 DESPESAS CORRENTES

0 2.398.000,00

0005 FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BREJÃO-PE
029030 FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BREJÃO
2141 ENCARGOS COM INATIVOS PENSIONISTAS
09 Previdência Social
272 Previdência do Regime Estatutário
04 RECURSOS PRÓPRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA
12 RPPS
3 DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa: 3.285.000,00



assinado por: idUser:185
http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
PORTAL DA TRANSPARENCIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)
2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

Programa Descrição

1001 PROMOÇÃO A SAÚDE DE QUALIDADE

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO								
030101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
1064	AQUIS. DE EQUIP. P/ ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE								
10	Saúde								
301	Atenção Básica								
01	TESOURO								
07	SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS								
4	DESPESAS DE CAPITAL								
0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO								
030101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
1064	AQUIS. DE EQUIP. P/ ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE								
10	Saúde								
301	Atenção Básica								
05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS								
17	FNS								
4	DESPESAS DE CAPITAL								
0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO								
030101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
1065	EXEC. DE OBRAS EM IMÓVEIS VINC. A ATENÇÃO BÁSICA								
10	Saúde								
301	Atenção Básica								
01	TESOURO								
07	SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS								
4	DESPESAS DE CAPITAL								



assinado por: idUser: 185
http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

Lei: 0, Data: 29/07/2016

2017

0 61.000,00

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO

030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1065 EXEC. DE OBRAS EM IMÓVEIS VINC. A ATENÇÃO BÁSICA

10 Saúde

301 Atenção Básica

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

17 FNS

4 DESPESAS DE CAPITAL

0 4.000,00

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO

030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1069 IMPLANTAÇÃO DA ACADEMIA DA SAÚDE

10 Saúde

301 Atenção Básica

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

17 FNS

4 DESPESAS DE CAPITAL

0 11.000,00

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO

030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1070 AQUISIÇÃO EQUIP. P/ MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

10 Saúde

302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

01 TESOUREIRO

07 SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS

3 DESPESAS CORRENTES

0 10.500,00

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO

030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1070 AQUISIÇÃO EQUIP. P/ MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

10 Saúde

302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

17 FNS

3 DESPESAS CORRENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
PORTAL DA TRANSPARENCIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)
2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

[illegible]



assinado por : iduser-185
http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

Página 26 de 66

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO 0 37.000,00

030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2093 MANUTENÇÃO DA ACADEMIA DA SAÚDE

10 Saúde

301

Atenção Básica

05

TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

17

FNS

3

DESPESAS CORRENTES

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO 0 57.000,00

030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2095 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS ACS

10 Saúde

301

Atenção Básica

01

TESOURO

04

FMAS - RECURSOS PRÓPRIOS

3

DESPESAS CORRENTES

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO 0 569.000,00

030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2095 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS ACS

10 Saúde

301

Atenção Básica

05

TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

17

FNS

3

DESPESAS CORRENTES

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO 0 66.000,00

030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2096 MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PSF

10 Saúde

301

Atenção Básica

01

TESOURO

07

SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS

3

DESPESAS CORRENTES



<http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf>
assinado por idUser 185

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
PORTAL DA TRANSPARENCIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRILHANTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

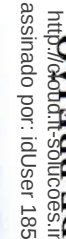
ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

Lei: 0, Data: 29/07/2016

2017

0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO	0	236.000,00
030101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2098	MANUTENÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF		
10	Saúde		
301	Atenção Básica		
05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
17	FNS		
3	DESPESAS CORRENTES		
0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO	0	1.200.000,00
030101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2099	ASSIST. DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
10	Saúde		
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
01	TESOURO		
07	SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS		
3	DESPESAS CORRENTES		
0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO	0	94.000,00
030101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2099	ASSIST. DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE		
10	Saúde		
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS		
17	FNS		
3	DESPESAS CORRENTES		
0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO	0	54.000,00
030101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2103	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA		
10	Saúde		
303	Suporte Profilático e Terapêutico		
01	TESOURO		
07	SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS		
3	DESPESAS CORRENTES		



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Lei: 0, Data: 29/07/2016

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

189.000,00

00003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO
030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2103 MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

10 Saúde 303 Suporte Profilático e Terapêutico

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

17 FNS3 DESPESAS CORRENTES0 58.000,00

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO
030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2104 AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

10 SaúdeVigilância Sanitária01 TESOURO20CA'INE - RECUSRSOS PRÓPRIOS

3

DESPESAS CORRENTES

0 29.000,00

0003 ELINDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO

020101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2104 AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

10 SaídaVigilância Sanitária

OF THE

TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

17

DESPESAS CORRENTES

45.000,00MUNICÍPIO DE SAÚDE DE BREJÃO

0330101 ELINDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2105 MANIUT DA VIGIL: EPIDEM. E AMBIENTAL

10 Sa'ide

2005

Vigilância Epidemiológica01 TESOUROSAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS3

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
PORTA DA TRANSPARÊNCIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO						0	450.000,00
030101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
2149	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA - SAMU							
10	Saúde							
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial							
05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS							
17	FNS							
3	DESPESAS CORRENTES							
0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO						0	8.000,00
030101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
2150	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA MULHER							
10	Saúde							
301	Atenção Básica							
01	TESOURO							
07	SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS							
3	DESPESAS CORRENTES							
0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO						0	78.000,00
030101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
2150	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA MULHER							
10	Saúde							
301	Atenção Básica							
05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS							
17	FNS							
3	DESPESAS CORRENTES							
0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO						0	18.500,00
030101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
2151	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS							
10	Saúde							
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial							
01	TESOURO							
07	SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS							
3	DESPESAS CORRENTES							



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
FORTALEDA TRANSACCIONARIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Lei: 0, Data: 29/07/2016

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

0 31.000,00

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO

030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2151 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS

10 Saude

302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

01 TESOIRO

SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS

4 DESPESAS DE CAPITAL

0 8.000,00

2003 FIMDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO

030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2151 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS

10 Saúde

Assistência Hospitalar e Ambulatorial 302

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

17 FNS

4 DESPESAS DE CAPITAL

0 18.500,00

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO

030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2151 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CAPS

10 Saúde

Assistência Hospitalar e Ambulatorial
302

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

17 FNS

3 DESPESAS CORRENTES

0 20.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO

030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2154 CAMPANHAS DE VACINAÇÃO

10 Saúde

Vigilância Epidemiológica

01 TESOURO

SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS

DESPESAS CORRENTES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

0 15.000,00

00003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJOÃO
030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2154 CAMPANHAS DE VACINAÇÃO

10 Saude305 Vigilância Epidemiológica05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS17 FNS3 DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa:

5.596.200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREAÇA
PERDA DE GRANDE RENDIMENTO

FEI DE DIBETRIZES ORCAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO DE METAS E AÇÕES
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

Lei: 0. Data: 29/07/2016

Programa Descrição										
1002 SUPORTE AOS SERVIÇOS DE SAÚDE										
Ações										
Entidade	Unid. Orçam.	Proj. Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor	
0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO							0	21.000,00	
	030101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
		1062	AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DA SAÚDE							
		10	Saúde							
		122	Administração Geral							
			01	TESOURO						
				07			SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS			
						4	DESPESAS DE CAPITAL			
0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO							0	186.000,00	
	030101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
		1062	AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DA SAÚDE							
		10	Saúde							
		122	Administração Geral							
			02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS						
				11			TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS DO ESTADO - SAÚDE			
						4	DESPESAS DE CAPITAL			
								0	19.000,00	
0003	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO									
	030101	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE								
		1063	AQUIS. DE EQUIP, MÁQUINAS, MÓVEIS E VEÍCULOS.P/SAÚDE E GESTÃO DO SUS							
		10	Saúde							
		122	Administração Geral							
			01	TESOURO						
				07			SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS			
						4	DESPESAS DE CAPITAL			

3 DESPESAS CORRENTES



assinado por: idUser 185
http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Lei: 0, Data: 29/07/2016

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)
2017

0 35.000,00

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO
030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2101 TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO - TFD

10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS
17 FNS
3 DESPESAS CORRENTES

0 20.000,00

0003 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BREJÃO
030101 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2102 PROGRAMA MAIS MÉDICOS

10 Saúde
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
01 TESOUREIRO
07 SAÚDE - RECURSOS PRÓPRIOS
3 DESPESAS CORRENTES

Total Geral do Programa: 1.940.000,00

Programa	Descrição
1004	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE
Programa	Descrição
1101	QUALIFICAÇÃO SOCIAL E PROFISSIONAL



assessoria@portaltransparencia.org.br
http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)
2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

Programa Descrição

1201 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Ações

Entidade	Unid. Orçam.	Proj. Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0	15.000,00
	022401	DEPARTAMENTO DE ENSINO							
	1014	CONSTRUÇÃO, REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES							
	12	Educação							
	361	Ensino Fundamental							
	01	TESOURO							
	00	Recursos Ordinários							
	4	DESPESAS DE CAPITAL							
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0	40.000,00
	022401	DEPARTAMENTO DE ENSINO							
	1014	CONSTRUÇÃO, REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES							
	12	Educação							
	361	Ensino Fundamental							
	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS ESTADUAIS-VINCULADOS							
	26	EDUCAÇÃO - CONVÊNIOS							
	4	DESPESAS DE CAPITAL							
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0	29.000,00
	022401	DEPARTAMENTO DE ENSINO							
	1014	CONSTRUÇÃO, REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES							
	12	Educação							
	361	Ensino Fundamental							
	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS							
	01	FUNDEB							
	4	DESPESAS DE CAPITAL							



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO
DO ORIENTE**

ANEXO DE METAS FISCAIS

Lei: 0, Data: 29/07/2016

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022401	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1015	AQUIÇÃO DE IMÓVEIS PARA O ENSINO	12	Educação	361	Ensino Fundamental	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS	08	EDUCAÇÃO	4	DESPESAS DE CAPITAL	0	85.000,00
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022401	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1015	AQUIÇÃO DE IMÓVEIS PARA O ENSINO	12	Educação	361	Ensino Fundamental	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAIS-VINCULADOS	26	EDUCAÇÃO - CONVÊNIO	4	DESPESAS DE CAPITAL	0	115.000,00
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022401	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1016	AQUIÇÃO DE VEÍCULO, MÓVEL, MÁQUINA E EQUIPAMENTOS	12	Educação	361	Ensino Fundamental	01	TESOURO	00	Recursos Ordinarios	4	DESPESAS DE CAPITAL	0	28.000,00
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022401	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1016	AQUIÇÃO DE VEÍCULO, MÓVEL, MÁQUINA E EQUIPAMENTOS	12	Educação	361	Ensino Fundamental	02	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO ESTADUAIS-VINCULADOS	26	EDUCAÇÃO - CONVÊNIO	4	DESPESAS DE CAPITAL	0	55.000,00



assinado por: idUser 185

<http://cloud.r-project.org/web/packages/brms/vignettes/brms.html>

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Lei: 0, Data: 29/07/2016

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

0 30.000,00

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

DEPARTAMENTO DE ENSINO

1016 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

12 Educação

361 Ensino Fundamental

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

01 FUNDER

4 DESPESAS DE CAPITAL

40.000,00

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

022401 DEPARTAMENTO DE ENSINO

1016 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

12 Educação

361 Ensino Fundamental

05 TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS

08 EDUCAÇÃO

4 DESPESAS DE CAPITAL

130.000,00

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

DEPARTAMENTO DE ENSINO

2027 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12 Educação

361 Ensino Fundamental

01 TESOURO

08 EDUCAÇÃO

4 DESPESAS DE CAPITAL

340.000,00

0001 PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

022401 DEPARTAMENTO DE ENSINO

2027	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
------	---

12 Educação

361 Ensino Fundamental

01 TESOURO

08 EDUCAÇÃO

3 DESPESAS CORRENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO SANTO
CAMPESINIA
E-mail: contabilidade@brejo.santospb.gov.br
Fone: (11) 3322-3231

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022401	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2048	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNAE	12	Educação	306	Alimentação e Nutrição	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	08	EDUCAÇÃO	3	DESPESAS CORRENTES	0	241.000,00
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022401	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2049	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	12	Educação	361	Ensino Fundamental	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	08	EDUCAÇÃO	3	DESPESAS CORRENTES	0	390.000,00
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022401	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2050	CUSTEIO DE DESPESAS VINCULADAS AO SALÁRIO EDUCAÇÃO	12	Educação	361	Ensino Fundamental	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	08	EDUCAÇÃO	3	DESPESAS CORRENTES	0	180.000,00
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022401	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2051	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	12	Educação	361	Ensino Fundamental	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	08	EDUCAÇÃO	3	DESPESAS CORRENTES	0	25.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREGÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022401	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2051	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	12	Educação	361	Ensino Fundamental	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	08	EDUCAÇÃO	3	DESPESAS CORRENTES	0	110.000,00
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022401	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2056	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	12	Educação	361	Ensino Fundamental	01	TESOURO	08	EDUCAÇÃO	3	DESPESAS CORRENTES	0	20.000,00
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022401	DEPARTAMENTO DE ENSINO	2155	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO	12	Educação	364	Ensino Superior	01	TESOURO	00	Recursos Ordinarios	3	DESPESAS CORRENTES	0	60.000,00
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022402	FUNDEB	2031	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICO-ESCOLAR	12	Educação	361	Ensino Fundamental	05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIOS FEDERAIS-VINCULADOS	01	FUNDEB	3	DESPESAS CORRENTES	0	70.000,00

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	0	800.000,00
022402	FUNDEB		
2061	REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 60%		
12	Educação		
365	Educação Infantil		
05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAL-VINCULADOS		
01	FUNDEB		
3	DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	0	110.000,00
022402	FUNDEB		
2062	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUC. DE JOVENS E ADULTOS - FUNDEB 40%		
12	Educação		
366	Educação de Jovens e Adultos		
05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAL-VINCULADOS		
01	FUNDEB		
3	DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	0	170.000,00
022402	FUNDEB		
2063	REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUC. DE JOVENS E ADULTOS- FUNDEB 60%		
12	Educação		
366	Educação de Jovens e Adultos		
05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAL-VINCULADOS		
01	FUNDEB		
3	DESPESAS CORRENTES		
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	0	110.000,00
022402	FUNDEB		
2143	REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EDUC. ESPECIAL - FUNDEB 60%		
12	Educação		
367	Educação Especial		
05	TRANSFERÊNCIAS E CONVÊNIO FEDERAL-VINCULADOS		
01	FUNDEB		
3	DESPESAS CORRENTES		



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
http://civildados.org.br/solicoes.mmrbrtransparencia/municipal/download/21/2012

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

Lei: 0, Data: 29/07/2016

2017

[illegible]

Total Geral do Programa:

11.382.000,00

Programa	Descrição
----------	-----------

1202 SUPORTE COMPLEMENTAR A EDUCAÇÃO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO -
POÇOS DE CALDAS**
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Lei: 0, Data: 29/07/2016

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (1 DO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

Programa		Descrição		Ações		Meta	Valor
1301 DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO CULTURAL							
Entidade	Unid. Orçam.	Proj. Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO						
	023001	SECRETARIA CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO					
		2089	GESTÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE				
		13	Cultura				
			392	Difusão Cultural			
					01	TESOURO	
						00	
							Recursos Ordinarios
							4
							DESPESAS DE CAPITAL
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO						
	023001	SECRETARIA CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO					
		2089	GESTÃO ADMINISTRATIVA DA UNIDADE				
		13	Cultura				
			392	Difusão Cultural			
					01	TESOURO	
						00	
							Recursos Ordinarios
							3
							DESPESAS CORRENTES
Total Geral do Programa:							78.000,00



<http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf>
assinado por: idUser: 165

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO -
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)
2017

Programa Descrição									
1302 PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO									
Ações									
Entidade	Unid. Orçam.	Proj. Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0	6.000,00
	022201	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO							
	1026	OBRAS NA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL							
		13	Cultura						
		392	Difusão Cultural						
			01	TESOURO					
				00			Recursos Ordinários		
							4	DESPESAS DE CAPITAL	
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0	8.000,00
	022201	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO							
	2066	MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL							
		13	Cultura						
		392	Difusão Cultural						
			01	TESOURO					
				00			Recursos Ordinários		
							3	DESPESAS CORRENTES	
Total Geral do Programa:									14.000,00



Assinado por: idUser 185
http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

Programa	Descrição
1802	REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS

Ações					
Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo FonCódigo Categoria
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO				
	022701	SECRETARIA DE VIACÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
	1027	DESAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS PELO MUNICIPIO	04	Administração	
			122	Administração Geral	
			01	TESOURO	
			00		Recursos Ordinarios
					4 DESPESAS DE CAPITAL
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO				
	022701	SECRETARIA DE VIACÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
	1028	CONSTRUÇÃO, REFORMA DO PRÉDIO DA PREFEITURA	04	Administração	
			122	Administração Geral	
			01	TESOURO	
			00		Recursos Ordinarios
					4 DESPESAS DE CAPITAL
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO				
	022701	SECRETARIA DE VIACÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
	1029	OBRAS EM IMÓVEIS DE ORGÃOS E ENTIDADES MUNICIPAIS	04	Administração	
			122	Administração Geral	
			01	TESOURO	
			00		Recursos Ordinarios
					4 DESPESAS DE CAPITAL



http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf
assinado por: idUser:185

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022701	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1040	CONSTRUÇÃO, REFORMA E/OU AMPLIAÇÃO DE CEMITÉRIOS	15	Urbanismo	451	Infra-Estrutura Urbana	01	TESOURO	00	Recursos Ordinários	4	DESPESAS DE CAPITAL	0	4.000,00
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022701	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1041	OBRAS EM PONTES, PASSAGENS MOLHADAS E OUTROS	15	Urbanismo	451	Infra-Estrutura Urbana	01	TESOURO	00	Recursos Ordinários	4	DESPESAS DE CAPITAL	0	2.500,00
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022701	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1042	DESAPROPRIAÇÃO E DEMOLIÇÃO DE IMÓVEIS	15	Urbanismo	451	Infra-Estrutura Urbana	01	TESOURO	00	Recursos Ordinários	4	DESPESAS DE CAPITAL	0	1.500,00
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022701	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	2067	LIMPEZA E PEQUENOS REPAROS EM PRÉDIOS PÚBLICOS	04	Administração	122	Administração Geral	01	TESOURO	00	Recursos Ordinários	3	DESPESAS CORRENTES	0	34.000,00

Total Geral do Programa: 64.500,00



581 respl: :ord opauisse

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

Lei: 0, Data: 29/07/2016

2017

Programa Descrição

1803 DESENVOLVIMENTO URBANO

Ações

Entidade	Unid. Orçam.	Proj. Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0	14.000,00
022701	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS								
1039	OBRAS DE APOIO A COMUNIDADE								
15	Urbanismo								
244	Assistência Comunitária								
01	TESOURO								
00	Recursos Ordinarios								
4	DESPESAS DE CAPITAL								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0	13.000,00
022701	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS								
1044	OBRAS EM PRAÇAS, PARQUES, JARDINS E ÁREAS DE LAZER PÚBLICAS								
15	Urbanismo								
452	Serviços Urbanos								
01	TESOURO								
00	Recursos Ordinarios								
4	DESPESAS DE CAPITAL								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0	10.000,00
022701	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS								
1045	AQUISIÇÃO E EQUIP. PARA MODERNIZAÇÃO SERV. PÚBLICOS								
15	Urbanismo								
452	Serviços Urbanos								
01	TESOURO								
00	Recursos Ordinarios								
4	DESPESAS DE CAPITAL								



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

[illegible]

Programa	Descrição
----------	-----------

1504 ILUMINAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE

Ações									
Entidade	Unid. Orçam.	Proj. Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO								
	022701	SECRETARIA DE VIACÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS							
	1037	AMPLIAÇÃO DE REDES DE ENERGIA E EXPANSÃO DA ILUMINAÇÃO URBANA E RURAL							
		25	Energia						
		752	Energia Elétrica						
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinarios		
							4	DESPESAS DE CAPITAL	
Total Geral do Programa:									6.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

Lei: 0, Data: 29/07/2016

2017

Programa Descrição									
1805 INTERVENÇÕES VIÁRIAS									
Ações									
Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0	51.000,00
	022701	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS							
	1043	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS E ACESSOS							
		15	Urbanismo						
		451	Infra-Estrutura Urbana						
			01	TESOURO					
				00			Recursos Ordinários		
							4	DESPESAS DE CAPITAL	
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0	16.000,00
	022701	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS							
	2073	REPOSIÇÃO DE CALÇAMENTO EM VIAS PÚBLICAS							
		15	Urbanismo						
		452	Serviços Urbanos						
			01	TESOURO					
				00			Recursos Ordinários		
							3	DESPESAS CORRENTES	
Total Geral do Programa:									67.000,00

Programa	Descrição
1506	INFRAESTRUTURA PARA A MOBILIDADE



53121005084532.pdf
http://cloud.it-solucoes.int.br/transparente/Municipal/download/21-20221005084532.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Lei: 0, Data: 29/07/2016

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)
2017

Programa Descrição
1507 PROMOÇÃO DA MOBILIDADE

Ações							Meta	Valor
Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							
	022901	SECRETARIA DE TRANSPORTE						
		1046	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS					
			04	Administração				
			122	Administração Geral				
				01	TESOURO			
					00			
								Recursos Ordinários
						4		DESPESAS DE CAPITAL
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							
	022901	SECRETARIA DE TRANSPORTE						
		1047	EXECUÇÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS					
			26	Transporte				
			782	Transporte Rodoviário				
				01	TESOURO			
					00			
								Recursos Ordinários
						4		DESPESAS DE CAPITAL
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							
	022901	SECRETARIA DE TRANSPORTE						
		2075	INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE					
			26	Transporte				
			782	Transporte Rodoviário				
				01	TESOURO			
					00			
								Recursos Ordinários
						4		DESPESAS DE CAPITAL



assinado por : idUser 185

<http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf>

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)
2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

Programa Descrição

1701 ÁGUA E ESGOTO- SERVIÇOS URBANOS

Ações

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022701	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					0	11.000,00
	2083	ABASTECIMENTO EMERGENCIAL DE ÁGUA							
	17	Saneamento							
		511	Saneamento Básico Rural						
		01	TESOURO						
		00	Recursos Ordinarios						
			3	DESPESAS CORRENTES					

Total Geral do Programa:

11.000,00



581 resolu: por: idUse: 185

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

Lei: 0, Data: 29/07/2016

2017

Programa Descrição

1702 ÁGUA E ESGOTO- INFRAESTRUTURA E MODERNIZAÇÃO

Ações

Entidade	Unid. Orçam.	Proj. Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO								
022701	SECRETARIA DE VIACÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS								
1033	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE SANEAMENTO BÁSICO								
17	Saneamento								
512	Saneamento Básico Urbano								
01	TESOURO								
00									
Recursos Ordinários									
4	DESPESAS DE CAPITAL								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO								
022701	SECRETARIA DE VIACÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS								
1034	EXEC. DE OBRAS EM CONTROLE SANITÁRIO E AMBIENTAL								
17	Saneamento								
512	Saneamento Básico Urbano								
01	TESOURO								
00									
Recursos Ordinários									
4	DESPESAS DE CAPITAL								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO								
022701	SECRETARIA DE VIACÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS								
1058	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS- SANEAMENTO								
17	Saneamento								
122	Administração Geral								
01	TESOURO								
00									
Recursos Ordinários									
4	DESPESAS DE CAPITAL								



assinado por: idUser 185

<http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf>

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

Programa Descrição									
1802 CIDADE LIMPA- DEFESA DO MEIO AMBIENTE									
Ações									
Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO								
	022701	SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS							
	1035	RECUPERAÇÃO EM ÁREAS DEGRADADAS							
		18	Gestão Ambiental						
			543	Recuperação de Áreas Degradadas					
					01	TESOURO			
						00	Recursos Ordinários		
							4	DESPESAS DE CAPITAL	
Total Geral do Programa:									6.000,00



581 jseipj :jod opeuissse

http://www.transparencia.mg.gov.br/arquivos/2017/07/2017072915084532.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

Programa Descrição

2001 DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA RURAL

Ações

Entidade	Unid. Orçam.	Proj. Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0	15.000,00
022601	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO								
1049	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS, MÓVEIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS								
20	Agricultura								
122	Administração Geral								
01	TESOURO								
00	Recursos Ordinarios								
4	DESPESAS DE CAPITAL								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0	15.000,00
022601	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO								
1053	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E APOIO A AGRICULTURA								
20	Agricultura								
606	Extensão Rural								
01	TESOURO								
00	Recursos Ordinarios								
4	DESPESAS DE CAPITAL								
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0	11.000,00
022601	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO								
1054	EXECUÇÃO DE OBRAS E APOIO A AGRICULTURA								
20	Agricultura								
606	Extensão Rural								
01	TESOURO								
00	Recursos Ordinarios								
4	DESPESAS DE CAPITAL								



assinado por: idUser 185

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO DE PIRAÍMA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

Lei: 0, Data: 29/07/2016

2017

0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022601	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	2076	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE	20	Agricultura	122	Administração Geral	01	TESOURO	00	Recursos Ordinarios	3	DESPESAS CORRENTES	0	860.000,00
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022601	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	2078	DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS, INCL. ARAÇÃO DE TERRAS	20	Agricultura	608	Promoção da Produção Agropecuária	01	TESOURO	00	Recursos Ordinarios	3	DESPESAS CORRENTES	0	85.000,00
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO	022601	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO	2079	AÇÕES DE DEFESA SANITÁRIA E VACINAÇÃO	20	Agricultura	609	Defesa Agropecuária	01	TESOURO	00	Recursos Ordinarios	3	DESPESAS CORRENTES	0	21.000,00
Total Geral do Programa:																	1.007.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

Programa	Descrição
----------	-----------

2002 FOMENTO AO ABASTECIMENTO ALIMENTAR

Entidade	Unid.Orçam.	Proj.Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO								
	022601	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO							
	1050	ABASTECIMENTO DE PRODUTOS PRIMÁRIOS							
	20	Agricultura							
	605	Abastecimento							
	01	TESOURO							
	00	Recursos Ordinarios							
	4	DESPESAS DE CAPITAL							
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO								
	022601	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO							
	1051	OBRAS EM CURRAIS DE ANIMAIS E PARQUES DE EXPOSIÇÕES							
	20	Agricultura							
	605	Abastecimento							
	01	TESOURO							
	00	Recursos Ordinarios							
	4	DESPESAS DE CAPITAL							
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO								
	022601	SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO							
	2077	MANUTENÇÃO DE MERCADOS E CENTRAL DE ABASTECIMENTO							
	20	Agricultura							
	605	Abastecimento							
	01	TESOURO							
	00	Recursos Ordinarios							
	3	DESPESAS CORRENTES							

Total Geral do Programa:

52.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO -
TRANSPARENCIA
1 EL DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Lei: 0, Data: 29/07/2016

ANEXO DE METAS E AÇÕES
PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)

2017

Programa	Descrição
----------	-----------

2101 **ESTRUTURAÇÃO DOS SEGMENTOS TURÍSTICOS**[illegible]

Total Geral do Programa: 50.000,00

Total Geral do Programa: 11.000,00



58121 :por :idUser 185
http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf

Página 65 de 66

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)
2017
Lei: 0, Data: 29/07/2016

Programa Descrição

2702 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E ATIVIDADES MOTORAS

Ações

Entidade	Unid. Orçam.	Proj. Ativ.	Função	SubFunção	FonGrupo	FonCódigo	Categoria	Meta	Valor
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO								
	023001	SECRETARIA CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO						0	6.000,00
		1061	OBRAS EM GINÁSIO, QUADRAS E OUTROS						
		27	Desporto e Lazer						
			812	Desporto Comunitário					
				01	TESOURO				
					00		Recursos Ordinários		
							4	DESPESAS DE CAPITAL	
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0	11.000,00
	023001	SECRETARIA CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO							
		2068	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE						
		27	Desporto e Lazer						
			812	Desporto Comunitário					
				01	TESOURO				
					00		Recursos Ordinários		
							3	DESPESAS CORRENTES	
0001	PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO							0	66.000,00
	023001	SECRETARIA CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO							
		2087	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE						
		27	Desporto e Lazer						
			812	Desporto Comunitário					
				01	TESOURO				
					00		Recursos Ordinários		
							3	DESPESAS CORRENTES	
Total Geral do Programa:									83.000,00

Programa Descrição

9999 RESERVA DE CONTINGÊNCIA



assinado por: idUser 185
<http://ciudadit-soluciones.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf>

Página 66 de 66

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO -
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Lei: 0, Data: 29/07/2016

PROGRAMAS, METAS E AÇÕES (LDO 2017 - Situação em 31/12/2016)
2017

Total Geral da LDO: 31.000.000,00



assinado por: idUser 185
http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURE.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

PASSIVOS CONTINGENTES	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB)x100
Receita Total	31.000.000,00	29.245.283,02	0,020	31.150.000,00	27.987.421,38	0,020	32.100.000,00	27.467.590,81	0,021
Receitas Primárias (I)	26.149.933,84	24.669.748,90	0,017	27.457.430,53	24.669.748,90	0,018	28.830.302,05	24.669.748,90	0,019
Despesa Total	31.000.000,00	29.245.283,02	0,020	31.150.000,00	27.987.421,38	0,020	32.100.000,00	27.467.590,81	0,021
Despesas Primárias (II)	25.770.719,97	24.311.999,97	0,017	27.059.255,97	24.311.999,97	0,018	28.412.218,77	24.311.999,97	0,018
Resultado Primário (III) = (I - II)	379.213,87	357.748,93	0,000	398.174,56	357.748,93	0,000	418.083,29	357.748,93	0,000
Resultado Nominal	-1.514.764,24	-1.433.161,23	-0,001	-1.655.874,49	-1.519.150,91	-0,001	-1.755.226,96	-1.610.299,96	-0,001
Dívida Pública Consolidada	47.381,50	44.699,53	0,000	50.224,39	47.381,50	0,000	53.237,86	50.224,39	0,000
Despesas Primárias advindas de PPP (IV)	-1.562.145,74	-1.389.691,96	-0,001	-1.605.650,09	-1.473.073,48	-0,001	-1.701.989,10	-1.561.457,89	-0,001
Receitas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Impacto de saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000



assinado por: idUser 185
http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO SANTO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

PASSIVOS CONTINGENTES	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB)x100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB)x100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB)x100
Receita Total	31.000.000,00	29.245.283,02	0,020	31.150.000,00	27.987.421,38	0,020	32.100.000,00	27.467.590,81	0,021
Receitas Primárias (I)	26.149.933,84	24.669.748,90	0,017	27.457.430,53	24.669.748,90	0,018	28.830.302,05	24.669.748,90	0,019
Despesa Total	31.000.000,00	29.245.283,02	0,020	31.150.000,00	27.987.421,38	0,020	32.100.000,00	27.467.590,81	0,021
Despesas Primárias (II)	25.770.719,97	24.311.999,97	0,017	27.059.255,97	24.311.999,97	0,018	28.412.218,77	24.311.999,97	0,018
Resultado Primário (III) = (I - II)	379.213,87	357.748,93	0,000	398.174,56	357.748,93	0,000	418.083,29	357.748,93	0,000
Resultado Nominal	-1.514.764,24	-1.433.161,23	-0,001	-1.655.874,49	-1.519.150,91	-0,001	-1.755.226,96	-1.610.299,96	-0,001
Dívida Pública Consolidada	47.381,50	44.699,53	0,000	50.224,39	47.381,50	0,000	53.237,86	50.224,39	0,000
Despesas Primárias advindas de PPP (IV)	-1.562.145,74	-1.389.691,96	-0,001	-1.605.650,09	-1.473.073,48	-0,001	-1.701.989,10	-1.561.457,89	-0,001
Receitas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000
Impacto de saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,000

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - PE

Página 1 de 1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**ANEXO DE RISCOS FISCAIS****AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2015	% PIB	Metas Realizadas 2015	% PIB	Variação	
					Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	31.128.000,00	0,020	23.411.772,65	0,015	-7.716.227,35	-24,790
Receitas Primárias (I)	30.844.000,00	0,020	23.273.348,02	0,015	-7.570.651,98	-24,540
Despesa Total	31.128.000,00	0,020	23.297.365,48	0,015	-7.830.634,52	-25,160
Despesa Primárias (II)	30.802.000,00	0,020	22.935.849,03	0,015	-7.866.150,97	-25,540
Resultado Primário (I - II)	42.000,00	0,000	337.498,99	0,000	295.498,99	703,569
Resultado Nominal	1.917.978,52	0,001	-1.348.134,78	-0,001	-3.266.113,30	-170,290
Dívida Pública Consolidada	1.559.316,56	0,001	42.169,37	0,000	-1.517.147,19	-97,300
Dívida Consolidada Líquida	1.559.316,56	0,001	-1.348.134,78	-0,001	-2.907.451,34	-186,460





PREFEITURA MUNICIPAL DE BR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA

ANEXO DE METAS FISCAIS

TESTES FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	%	2018	%	2019	%
Receita Total	22.149.816,56	23.411.772,65	5.700	30.429.267,00	29,970	31.000.000,00	1,880	31.150.000,00	0,480	32.100.000,00	3,050
Receitas Primárias (I)	21.993.096,28	23.273.348,02	5.820	29.780.000,00	27,960	29.920.000,00	0,470	36.389.134,32	21,620	38.208.591,04	5,000
Despesa Total	26.545.278,15	23.297.365,48	-12,240	30.429.267,00	30,610	31.000.000,00	1,880	31.150.000,00	0,480	32.100.000,00	3,050
Despesa Primárias (II)	26.352.894,10	22.935.849,03	-12,970	29.985.000,00	30,730	30.012.000,00	0,090	36.339.583,56	21,080	38.156.562,74	5,000
Resultado Primário (I - II)	-4.359.797,82	337.498,99	18.790	-205.000,00	-2,770	-92.000,00	0,380	49.550,76	0,540	52.028,30	0,000
Resultado Nominal	1.809.320,30	-1.390.304,15	-176,840	-1.473.722,40	6,000	-1.562.145,74	6,000	-1.655.874,49	6,000	-1.755.226,96	6,000
Divida Publica Consolidada	1.471.053,36	42.169,37	-97,130	44.699,53	6,000	47.381,50	6,000	50.224,39	6,000	53.237,86	6,000
Divida Consolidada Liquida	1.471.053,36	-1.348.134,78	-191,640	-1.429.022,87	6,000	-1.514.764,24	6,000	-1.605.650,09	6,000	-1.701.989,10	6,000

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	
Receita Total	22.149.816,56	23.411.772,65	5,700	31.015.939,20	32,480	30.904.281,82	-0,360	30.827.021,11	-0,250	30.749.953,56	-0,250	
Receitas Primárias (I)	21.993.096,28	23.273.348,02	5,820	30.732.961,60	32,050	30.622.322,94	-0,360	30.545.767,13	-0,250	30.469.402,71	-0,250	
Despesa Total	26.545.278,15	23.297.365,48	-12,240	31.015.939,20	33,130	30.904.281,82	-0,360	30.827.021,11	-0,250	30.749.953,56	-0,250	
Despesa Primárias (II)	26.352.894,10	22.935.849,03	-12,970	30.691.112,80	33,810	30.580.624,79	-0,360	30.504.173,23	-0,250	30.427.912,80	-0,250	
Resultado Primário (I - II)	-4.359.797,82	337.498,99	0,000	41.848,80	-87,600	41.698,14	-0,360	41.593,90	-0,250	41.489,91	-0,250	
Resultado Nominal	1.659.926,88	-127.508,39	0,000	-1.352.038,90	0,000	-1.433.161,23	0,000	-1.519.150,91	0,000	-1.610.299,96	0,000	
Dívida Pública Consolidada	1.387.786,19	39.782,42	-97,130	42.169,37	6,000	44.699,53	6,000	47.381,50	6,000	50.224,39	6,000	
Dívida Consolidada Líquida	1.387.786,19	-1.271.825,26	0,000	-1.311.030,15	0,000	-1.389.691,96	0,000	-1.473.073,48	0,000	-1.561.457,89	0,000	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2017

Página 1 de 1

Lei: 0, Data: 29/07/2016

REGIME NORMAL						
	2015	%	2014	%	2013	%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	0,00	0,000	5.833.417,79	137,540	5.874.993,78	89,810
	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Patrimônio/Capital					666.740,69	10,190
Reservas	7.465.057,85	100,000	-1.592.113,81	-37,540		
Resultado Acumulado						

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2015	%	2014	%	2013	%
	0,00	0,000	15.655,29	-7,710	-13.512.046,13	100,000
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	-1.348.718,81	100,000	-218.594,00	107,710	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados						



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - PE

Página 1 de 1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**ANEXO DE METAS FISCAIS****ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

RECEITAS REALIZADAS	2015 (a)	2014 (b)	2013 (c)
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	31.540,00	28.400,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	31.540,00	28.400,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	31.540,00	28.400,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS REALIZADAS (I)	0,00	31.540,00	28.400,00

DESPESAS LIQUIDADAS	2015 (d)	2014 (e)	2013 (f)
DESPESAS LIQUIDADAS	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO REC. C/ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES REGIMES PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS LIQUIDADAS (II)	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO(III)	(g) = ((a - d) + h)	(h) = ((b - e) + i)	(i) = (c - f)
	59.940,00	59.940,00	28.400,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - PE

Página 1 de 1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	2015	2014	2013
RECEITAS CORRENTES	608.309,90	1.338.986,80	276.857,87
Receita de Contribuições	583.183,76	1.117.823,25	230.025,92
Pessoal Civil	583.183,76	1.117.823,25	230.025,92
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Out. Contr. Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compen. Previdenciárias RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	143,23	221.163,55	46.831,95
Outras Receitas Correntes	24.982,91	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVID. RECEBIDOS PELO RPPS	1.153.868,01	56.206,41	410.143,72
Contribuição Patronal do Exercício	1.153.868,01	56.206,41	410.143,72
Pessoal Civil	1.153.868,01	56.206,41	410.143,72
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREVID. PARA COBERTURA DO DÉFICIT	0,00	0,00	181.792,73
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	1.762.177,91	1.395.193,21	868.794,32

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	2015	2014	2013
ADMINISTRAÇÃO GERAL	261.502,92	146.275,45	95.045,18
Despesas Correntes	254.954,92	138.665,45	90.486,18
Despesas de Capital	6.548,00	7.610,00	4.559,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.786.778,66	1.534.430,83	1.441.000,00
Pessoal Civil	1.786.778,66	1.534.430,83	1.441.000,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. Aposent. RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
Compensação Previd. Pensões RPPS e RGPS	0,00	0,00	0,00
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	92.854,34	85.382,80	415.877,02
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	2.141.135,92	1.766.089,08	1.951.922,20
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO(III)=(I-II)	-378.958,01	-370.895,87	-1.083.127,88



assinado por: 44/2017-186

<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf>

PORTAL DA TRANSPARENCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - PE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Página 1 de 2

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA	DESPESA PREVIDENCIÁRIA	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	1.656.938,36	1.462.981,46	193.956,90	193.956,90
2016	1.804.887,37	1.493.614,61	311.272,76	505.229,66
2017	1.955.267,96	1.548.879,29	406.388,67	911.618,33
2018	2.079.071,14	1.658.610,49	420.460,65	1.332.078,98
2019	2.226.862,90	1.739.942,68	486.920,22	1.818.999,20
2020	2.362.183,42	1.840.327,52	521.855,90	2.340.855,10
2021	2.502.955,82	1.937.695,96	565.259,86	2.906.114,96
2022	2.630.466,60	2.148.665,18	481.801,42	3.387.916,38
2023	2.769.036,43	2.329.841,58	439.194,85	3.827.111,23
2024	2.910.982,34	2.429.642,63	481.339,71	4.308.450,94
2025	3.045.405,47	2.577.222,75	468.182,72	4.776.633,66
2026	3.171.032,24	2.695.324,73	475.707,51	5.252.341,17
2027	3.232.123,13	3.009.657,88	222.465,25	5.474.806,42
2028	3.317.687,78	3.197.212,00	120.475,78	5.595.282,20
2029	3.413.700,12	3.357.215,77	56.484,35	5.651.766,55
2030	3.519.455,45	3.462.140,58	57.314,87	5.709.081,42
2031	3.629.036,27	3.562.605,12	66.431,15	5.775.512,57
2032	3.738.338,63	3.670.049,60	68.289,03	5.843.801,60
2033	3.670.948,61	4.495.034,16	-824.085,55	5.019.716,05
2034	3.678.991,93	4.763.920,44	-1.084.928,51	3.934.787,54
2035	3.725.139,94	4.845.150,39	-1.120.010,45	2.814.777,09
2036	3.718.449,39	5.082.980,74	-1.364.531,35	1.450.245,74
2037	3.746.413,41	5.162.578,76	-1.416.165,35	34.080,39
2038	3.668.602,27	5.550.463,88	-1.881.861,61	-1.847.781,22
2039	3.663.571,78	5.635.636,22	-1.972.064,44	-3.819.845,66
2040	3.765.222,84	5.717.387,08	-1.952.164,24	-5.772.009,90
2041	3.852.290,86	5.844.942,85	-1.992.651,99	-7.764.661,89
2042	3.957.239,33	5.905.113,33	-1.947.874,00	-9.712.535,89
2043	4.042.651,91	6.030.756,55	-1.988.104,64	-11.700.640,53
2044	4.155.883,33	6.065.580,85	-1.909.697,52	-13.610.338,05
2045	4.268.735,09	6.098.234,79	-1.829.499,70	-15.439.837,75
2046	4.400.759,85	6.085.006,61	-1.684.246,76	-17.124.084,51
2047	4.532.784,62	6.071.730,82	-1.538.946,20	-18.663.030,71
2048	4.664.809,39	6.058.410,48	-1.393.601,09	-20.056.631,80
2049	175.967,31	6.045.048,38	-5.869.081,07	-25.925.712,87
2050	0,01	6.031.647,07	-6.031.647,06	-31.957.359,93
2051	0,01	6.018.208,85	-6.018.208,84	-37.975.568,77
2052	0,01	6.004.735,86	-6.004.735,85	-43.980.304,62
2053	0,01	5.991.230,05	-5.991.230,04	-49.971.534,66
2054	0,01	5.977.699,29	-5.977.699,28	-55.949.233,94
2055	0,01	5.964.144,61	-5.964.144,60	-61.913.378,54
2056	0,01	5.950.567,01	-5.950.567,00	-67.863.945,54
2057	0,01	5.936.967,42	-5.936.967,41	-73.800.912,95
2058	0,01	5.923.346,73	-5.923.346,72	-79.724.259,67
2059	0,01	5.909.705,76	-5.909.705,75	-85.633.965,42
2060	0,01	5.896.045,29	-5.896.045,28	-91.530.010,70
2061	0,01	5.882.366,08	-5.882.366,07	-97.412.376,77
2062	0,01	5.868.668,81	-5.868.668,80	-103.281.045,57
2063	0,01	5.854.954,15	-5.854.954,14	-109.135.999,71
2064	0,01	5.841.222,75	-5.841.222,74	-114.977.222,45
2065	0,01	5.827.475,18	-5.827.475,17	-120.804.697,62
2066	0,01	5.813.712,03	-5.813.712,02	-126.618.409,64
2067	0,01	5.799.937,54	-5.799.937,53	-132.418.347,17
2068	0,01	5.786.151,98	-5.786.151,97	-138.204.499,14
2069	0,01	5.772.355,63	-5.772.355,62	-143.976.854,76
2070	0,01	5.758.548,75	-5.758.548,74	-149.735.403,50
2071	0,01	5.744.731,59	-5.744.731,58	-155.480.135,08
2072	0,01	5.730.904,39	-5.730.904,38	-161.211.039,46
2073	0,01	5.717.067,39	-5.717.067,38	-166.928.106,84
2074	0,01	5.703.220,82	-5.703.220,81	-172.631.327,65



assinado por: idUser 185

PORTAL DA TRANSPARENCIA

<http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf>

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - PE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA
 ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
 2017

Página 2 de 2

Lei: 0, Data: 29/07/2016

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,01	5.689.364,90	-5.689.364,89	-178.320.692,54
2076	0,01	5.661.634,77	-5.661.634,76	-183.982.327,30
2077	0,01	5.633.886,70	-5.633.886,69	-189.616.213,99
2078	0,01	5.606.121,00	-5.606.120,99	-195.222.334,98
2079	0,01	5.578.338,01	-5.578.338,00	-200.800.672,98
2080	0,01	5.550.538,02	-5.550.538,01	-206.351.210,99
2081	0,01	5.522.721,34	-5.522.721,33	-211.873.932,32
2082	0,01	5.494.888,27	-5.494.888,26	-217.368.820,58
2083	0,01	5.467.039,10	-5.467.039,09	-222.835.859,67
2084	0,01	5.439.179,33	-5.439.179,32	-228.275.038,99
2085	0,01	5.411.309,07	-5.411.309,06	-233.686.348,05
2086	0,01	5.383.428,40	-5.383.428,39	-239.069.776,44
2087	0,01	5.355.537,41	-5.355.537,40	-244.425.313,84
2088	0,01	5.327.636,21	-5.327.636,20	-249.752.950,04
2089	0,00	0,00	0,00	-249.752.950,04



PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud-it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf>
 assinado por: idUser_185



assinado por: jdu587185
<http://cloud.it-solucoes.inf.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf>

PREFEITURA MUNICIPAL DE BR
PORTAL DA TRANSPARENCIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETOR / PROGRAMAS BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2017	2018	2019	
			0,00	0,00	0,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - PE

Página 1 de 1

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

EVENTOS	Valor Previsto para 2017
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00



PORTAL DA TRANSPARENCIA

<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf>

assinado por: id: 185

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJÃO - PE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Page 1 of 1

2017

Lei: 0, Data: 29/07/2016

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
PASSIVOS CONTINGENTES	0,00	ATIVO	0,00
Demandas Judiciais	562.239,65	ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO	562.239,65
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	0,00		0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUBTOTAL	562.239,65	SUBTOTAL	562.239,65
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	0,00		0,00
Frustração de Arrecadação	0,00		0,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções:	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	562.239,65	TOTAL	562.239,65



http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/21-20221005084532.pdf
 assinatura: 000: 00567183

PORTAL DA TRANSPARENCIA